



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1012175-67.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento**
 Requerente: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **A. Barros da Silva - Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito com pedido de tutela provisória de urgência ajuizada pelo **Município de São Carlos** contra **A. Barros da Silva – ME**, sustentando, em síntese, que tomou ciência de uma restrição em seu nome, junto à empresa SERASA EXPERIAN, apontada pela ré, sob alegação de pendência financeira no valor de R\$6.436,02, representada pela nota fiscal nº 001128, de 12/01/2017. Afirma desconhecer as razões da emissão da referida nota fiscal, sendo certo que não recebeu da ré os equipamentos de telecomunicação elencados. Referida NF faz menção à Nota de Empenho nº 7071/2016, que teria sido quitada em 23/06/2016. Requer a tutela de urgência para cessar qualquer informação a ele relacionada.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 6/12.

Foi deferida a tutela provisória de urgência, para suspender a publicidade da inscrição do nome do autor nos órgãos de restrição ao crédito, decorrente do débito questionado na presente ação (fls. 13/14).

Citada (fl. 35), a requerida não apresentou contestação (fl.36).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passa-se ao julgamento imediato deste incidente – nos termos do artigo 335, inciso I, do Código de Processo Civil –, em razão de sua própria natureza voltada à análise de questões jurídicas que dispensam a dilação probatória.

A pretensão inicial merece acolhida.

O Município encaminhou aos autos documentos que evidenciam ter havido,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

em 23/06/2016, o pagamento da nota de empenho nº 7071/2016, relacionada com a nota fiscal levada a protesto (fls. 11/12).

Por outro lado, a requerida, devidamente citada, não apresentou contestação, aplicando-se os efeitos da revelia. Por conseguinte presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, dentre os quais o de que o Município não contraiu qualquer débito com a requerida que justificasse a emissão da nota fiscal mencionada na inicial.

A requerida, que não contestou, não trouxe qualquer documento capaz de comprovar a existência e regularidade do débito que deu causa à negativação do nome do autor. Não se desincumbiu de seu ônus, razão pela qual de rigor seja declarada a inexistência de débito relacionado à Nota Fiscal nº 001128.

Ante o exposto, confirmada a tutela provisória de urgência, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de declarar a inexistência do débito discriminado na inicial (R\$6.436,02 - relacionado à Nota Fiscal nº 001128) e, por consequência, determinar a exclusão definitiva do nome do autor dos cadastros dos serviços de proteção ao crédito, em relação ao débito aqui questionado.

Transitada em julgado, oficie-se à Serasa Experian para o cumprimento, com a exclusão definitiva do nome da parte autora, em relação ao débito discriminado nesta demanda.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas judiciais e despesas processuais, bem como com os honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, atualizado, nos termos do art. 85, § 2º, Código de Processo Civil.

P.I.

São Carlos, 16 de abril de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**